



● A tragédia do RS ● Ação governamental

Previsto há 12 anos, um plano federal antidesastres só fica pronto em junho

— Lei federal foi criada após a tragédia da Região Serrana e ajudaria a minimizar crise atual no RS, que tem 336 municípios em calamidade pública por causa das chuvas

MARCIO DOLZAN

Previsto em lei federal desde 2012, quando ocorreu a tragédia da Região Serrana do Rio, com mais de 900 mortos, o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil ainda não foi lançado e será apresentado apenas no fim de junho. O projeto só começou a sair do papel em 2021.

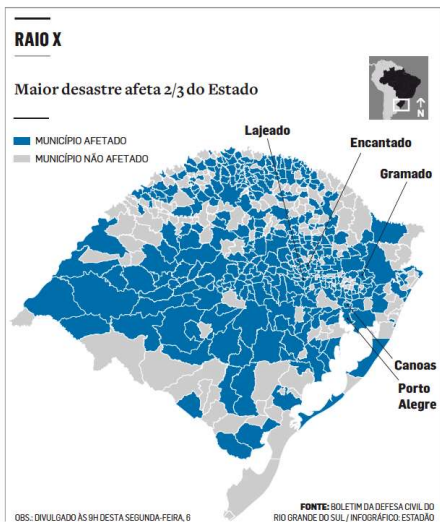
A ideia é identificar as áreas sujeitas a riscos de desastres no País — como no Rio Grande do Sul —, propor estratégias e criar um gerenciamento integrado com Estados e municípios. Para especialistas, se já estivesse em prática o PNDC poderia ter ajudado a diminuir os impactos da tragédia gaúcha.

O governo federal reconheceu o estado de calamidade pública para 336 municípios do Rio Grande do Sul no domingo, por causa das fortes chuvas na região, que deixaram 83 mortos e 111 desaparecidos. Na manhã desta segunda-feira, também subiu para 345 o número de cidades afetadas. Isso corresponde a dois terços do

Estado, que enfrenta seu pior desastre climático. Várias regiões têm pontos ilhados, estradas e pontes destruídas e moradores à espera de resgate. Há centenas de milhares de moradores sem luz e água. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) estima um prejuízo de R\$ 967,2 milhões em 25 cidades mais afetadas.

Visão do especialista
'Prevalece a cultura da reação e não de prevenção. Reagimos com o desastre já consumado'

PARA O FUTURO. “Um plano nacional de proteção e Defesa Civil precisa ser constantemente revisado e atualizado. Nesse caso, ele levaria em conta a tendência de o Rio Grande do Sul apresentar extremos climáticos, com longos e intensos períodos de estiagem e chuvas muito intensas e concentradas”, diz Pedro Córtes, do Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental do Instituto



de Energia e Ambiente (IEE) da USP. “Certamente, um plano nacional efetivamente implantado e revisado dimi-

nuiria a tragédia no Rio Grande do Sul, pois os procedimentos já estariam definidos e os recursos, alocados. Infeliz-

mente, no País prevalece a cultura da reação e não de prevenção. Reagimos quando o desastre já está consumado.”

Sobre o caso gaúcho, Córtes diz que as autoridades têm “grande parcela de culpa”. “Não é de hoje que o Rio Grande do Sul está enfrentando as consequências de chuvas extremas, e os eventos anteriores deveriam ter servido de alerta. Além disso, as previsões indicam que teríamos um evento meteorológico de proporções consideráveis.”

“Importante ressaltar que, após a entrega da proposta, deve haver análise e deliberação pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (Conpdec) e depois os trâmites interministeriais e da Presidência da República para a publicação do decreto de instituição do PNDC”, informou o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR).

O geólogo Francisco Dourado participa dos estudos. “O plano vai mostrar quais ferramentas utilizar para o enfrentamento a desastres.” ●

Lula diz que vai liberar R\$ 1 bi em emendas; R\$ 614 mi esta semana

MARIANA CARNEIRO
SOFIA AGUIAR
CAIO SPECHOTO
BROADCAST

O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, informou ontem que o intuito do governo federal é liberar R\$ 1,060 bilhão em emendas de parlamentares gaúchos. Além do valor destinado a emendas individuais e de bancada, outros R\$ 448 milhões serão destinados por meio do pagamento de transferências especiais, as chamadas “emendas Pix” — que caem direto na conta da Prefeitura, sem a necessidade de apresentação de um projeto ou convênio.

Padilha disse que será preciso modificar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para permitir ao governo antecipar o pagamento das emendas

Pix, o que ele prevê que possa ocorrer na quinta, durante sessão do Congresso Nacional (com deputados e senadores). Segundo a ministra do Planejamento, Simone Tebet, a alteração na LDO permite a antecipação de transferências ao Rio Grande do Sul, uma vez que sem isso o governo deveria seguir um calendário, de forma homogênea a todos os Estados. “Isso autoriza o governo a antecipar o empenho e pagamento dessas emendas especiais”, afirmou Padilha.

DECRETO. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ontem o Projeto de Decreto Legislativo (PDL). O projeto, que dá celeridade às ações do governo, sem ferir as metas de responsabilidade fiscal, já foi aprovado à noite na Câmara e agora segue para o Senado.

Tebet, que descartou o uso

de outros instrumentos federais, como PEC e MP, lembrou que uma alteração já foi feita na Constituição e na Lei de Responsabilidade Fiscal em 2020, quando foi decretado Orçamento de Guerra na pandemia da covid-19, igualando o estado de calamidade

R\$ 534 milhões
Ministra quer liberar todas as emendas parlamentares alocadas na área da Saúde até amanhã

pública ao estado de sítio e ao de defesa, o que permitiu ao governo tratar esse socorro como excepcionalidade.

LINHA DE CRÉDITO. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o governo ainda prepara um pacote

de medidas para atender a população afetada pelas chuvas no Rio Grande do Sul. A equipe econômica vai propor outras frentes, como criação de linha de crédito às famílias para a reconstrução das casas e tratamento tributário especial às empresas em uma espécie de diferimento, além de uma solução para a questão da dívida do Estado. “Nós queremos submeter ao presidente amanhã (*hoje*) alguns cenários para quarta-feira nós definirmos”, disse.

Pelamanhã, os ministros Nísia Trindade (Saúde), Waldez Góes (Desenvolvimento Regional) e Renan Filho (Transportes) já haviam se reunido com parlamentares da bancada gaúcha para avaliar o que poderia ser liberado mais rapidamente em emendas. Nísia disse que a pasta quer liberar toda emenda parlamentar individual alocada na área da Saúde até amanhã, o que representa R\$ 534 milhões. Com aval de outras pastas, a liberação até sexta chegaria a R\$ 614 milhões. ●

COLABORARAM IANDER PORCELLA E GORDANA NEVES, DE BRASÍLIA

Receita Federal decide adiar pagamento de impostos

A Receita Federal decidiu adiar o prazo de pagamento de todos os tributos federais devidos por contribuintes que residem nas localidades afetadas pela tragédia no Rio Grande do Sul. A decisão afeta, portanto, o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e os tributos do Simples Nacional, o que inclui o Microempreendedor Individual (MEI).

A decisão vai tratar apenas dos prazos de pagamento dos tributos, nos termos da autorização específica que o Fisco tem para alterar essas datas em caso de calamidade. O prazo de declaração do IRPF, portanto, ficará mantido para 31 de maio, mas poderá ser alterado nos próximos dias em novo ato da Receita Federal, segundo interlocutores do Ministério da Fazenda.

● BIANCA LIMA, DE BRASÍLIA